



Revista de Contabilidade e Organizações

ISSN: 1982-6486

rco@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Gray, Rob; Dillard, Jesse; Spence, Crawford

Pesquisa em Contabilidade Social como Se o Mundo Importasse Um ensaio sobre
postalgia e um novo absurdismo

Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 7, núm. 17, enero-abril, 2013, pp. 119-133
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235230526011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Pesquisa em Contabilidade Social como Se o Mundo Importasse Um ensaio sobre postalgia e um novo absurdismo^{i,ii}

Rob Gray^a; Jesse Dillard^b; Crawford Spence^c

^aProfessor of Social and Environmental Accounting, School of Management - University of St Andrews

^bPortland State University

^cJohn Molson School of Business - University of Concordia

Article Info

Article history:

Received: 15 March 2013

Accepted: 7 April 2013

Key words:

Contabilidade social

Comunidade

Ensaio discursivo

compromisso

futuro

Resumo

O objetivo deste ensaio é oferecer uma autocrítica reflexiva sobre a ‘comunidade da contabilidade social’. O público-alvo é a comunidade acadêmica dos contadores com atividades na área de contabilidade social. O principal enfoque desta ‘comunidade’ é nas revistas contábeis de língua inglesa e nas práticas sociais e ambientais das maiores organizações do setor privado. Este ensaio foi motivado por uma preocupação com as nossas responsabilidades como acadêmicos em um mundo em crise e a perda de energia da contabilidade social e seu entusiasmo revolucionário. Os esforços dessa comunidade na área da contabilidade social têm sido realizados em um contexto de quase total negligência às atividades e aos desenvolvimentos nas comunidades não-contábeis, e particularmente nos setores público e de serviços. O ensaio vai ao encontro do trabalho e da literatura no setor público e organizações não-governamentais para ilustrar uma das maneiras em que ‘nossa’ contabilidade social pode tentar para evitar se tornar moribunda.

Já tentou. Já falhou. Não importa. Tente novamente. Falhe de novo. Falhe melhor.
(Samuel Beckett *Worstward Ho* 1983)

A orientação de curto prazo dos políticos e da mídia ... pode ser equilibrada somente por estudiosos confiantes e protegidos contra pressões políticas e comerciais. Mas a academia tornou-se tão dependente e desmoralizada que não mais consegue

fazer esse papel fundamental.

(Sampson 2004:2010)

1. INTRODUÇÃO

Tentar falar da ‘contabilidade social’ como singularidade provavelmente significa um convite à confusão. A ‘contabilidade social’ abrange uma imensa diversidade de práticas – desde (por exemplo) a contabilidade da gestão ambiental ao inventário de habitats; desde relatórios individuais de ‘sustentabilidade’ elaborados por Corporações Multinacionais às sínteses de diálogos-base de organizações não-governamentais (Jones 1996; Schaltegger e Burritt 2000; Kolk 2003; Pearce 2003; Ball e Seal 2005; Marcuccio e Steccolini 2005). É essa noção diversificada da contabilidade social

, e particularmente a contabilidade social no contexto acadêmico que queremos enfocar aqui.

É fundamental, porém, que iniciemos nossas observações com um reconhecimento explícito das nossas próprias origens e predisposições. Isso é preciso por dois motivos. Primeiro, um motivo para ter elaborado esse ensaio foi a tentativa de ir além das premissas na literatura e da prática que criticamos e também aplaudimos. Para fazer isso, temos que tentar reconhecer explicitamente nossos próprios vieses e limitações. Em segundo lugar, este ensaio dirige-se a uma audiência sobre a qual não se pode assumir que tenha familiaridade com a literatura contábil da qual viemos, nem que tenha prática com as questões das quais aquela literatura trata principalmente.

Como contadores, tentamos desenvolver nossas perspectivas sobre a contabilidade social partindo inicialmente dos princípios e das práticas contábeis (principalmente no setor privado). Aproximadamente

Corresponding author:
E-mail addresses: rob.gray@st-andrews.ac.uk (R. Gray); jdillard@pdx.edu (J. Dillard) cs384@st-andrews.ac.uk (C. Spence)
St Andrews, Fife, KY16 9RJ - Scotland, UK

* Artigo originalmente publicado por Gray R., J. Dillard and S. Spence (2009) “Social accounting research as if the world matters: Postalgia and a new absurdism” *Public Management Review* 11(5) September (pp545-573) DOI: 10.1080/14719030902798222 - Reproduzido em língua portuguesa com a autorização de © Taylor & Francis Online, 2013. www.tandfonline.com

ao longo dos últimos vinte anos, nossas perspectivas e a literatura que nos serve como principal referência se afastaram e se tornaram crescentemente independentes da teoria e prática contábeis (convencional) do setor privado. Mesmo assim, nossa comunidade epistêmica compartilha de modo geral um corpo remanescente de premissas sobre questões como (por exemplo) profissionalismo, registro e informações, responsabilidade, evidenciação e negócios. É a essa comunidade epistêmica (definida em linhas gerais) que nos referimos em primeiro lugar nesse artigo. É essa comunidade que tem alguns aspectos em comum com a comunidade do Centro de Pesquisas Contábeis Social e Ambiental (CSEAR).⁴ É essa comunidade cujas premissas, vaidades e provincialismo estamos buscando re-investigar e que estimularíamos a desenvolver a contabilidade social de maneiras mais enérgicas.

É este sentido de ‘contabilidade social’ que tem atraído uma série de críticas ao longo dos anos devido ao seu: quietismo (Tinker et al. 1991); masculinismo (Cooper 1992; Cooper et al. 1992); gerencialismo (Neu et al. 1998); apego à modernidade (Andrew 2000; Everett e Neu 2000) e liberalismo (Shenkin e Coulson 2007); seu apego (erroneamente alegado) ao voluntarismo (Gallhofer e Haslam 1997a); seu apego (corretamente alegado) ao proceduralismo (Lehman 2001; Ball e Seal 2005); e sua característica sub-teorizada (veja, por exemplo, Puxty 1986, 1991). Muitos desses desafios têm substância e várias tentativas foram feitas para enfrentá-los diretamente e/ou para redirecionar a pesquisa, o ensino e o pensamento contábil social em novas direções sugeridas pela síntese da dialética resultante.

Críticas mais recentes e reveladoras vieram de (por exemplo) Cooper et al. (2005). Seu trabalho ilustra um tipo totalmente diferente de conta social que representou um desafio substancial à exploração potencialmente conservadora da contabilidade social com que nossa comunidade costuma estar mais preocupada. Talvez igualmente reveladores são os lembretes mais do que urgentes de que precisamos nos comprometer novamente com o setor público e organizações não-governamentais (Ball 2002) – de que a contabilidade social não é somente um fenômeno do setor privado. Ainda mais recentemente, houve uma série de discussões formais e informais sobre a possibilidade de que ‘o projeto de contabilidade social’ da forma em que costuma ser compreendido na nossa literatura possa ter falhado;⁵ e Milne (2007) desafiou os contadores sociais a considerar a estreiteza do seu empreendimento e seus próprios comportamentos sociais e ambientais. Iniciativas como essa oferecem um contrapeso estimulante ao crescente interesse nas contas paralelas, sem movimentação ou retificadoras, que por si só oferecem um desafio aos esforços acadêmicos potencialmente autistas e servem como exemplos reveladores de pesquisas-ação comprometidas e autoconscientes (veja Gray et al. 1996; para uma introdução e um resumo, veja por exemplo Gray 1997; Adams 2004;⁶ Gallhofer et al. 2006).^{7,8}

Embarcamos em um esforço crítico para debater accountability, organizações comerciais e não comerciais, instituições, sociedade e Estado. Assim, provavelmente há argumentos persuasivos para discutir

que nossas únicas preocupações devem ser aquelas que comprovadamente possam contribuir para uma vida melhor – sem jamais esquecer que, para muitos, uma vida melhor significa qualquer vida. Se, então, o discurso e as conversações da contabilidade social devam se envolver de forma mais ativa (e exclusiva) em objetivos de ampliação e capacitação (aconselhado pelo projeto crítico, entre outros)⁹, então há argumentos para considerar todas as conversações que se recusam a permitir tal investigação como ilegítimas por definição. Desde a perspectiva do setor privado, isso nos leva a uma preocupação principal: se não conseguimos discutir abertamente sobre a controvérsia de que o comércio, pelo menos a princípio, não pode ser responsável ou sustentável, então aqueles que nos impediriam de dizer isso devem justificar-se ou então calar-se. Em um planeta à beira do sacrilégio, minúcias e modos de delicadeza podem ocupar um lugar menos importante.

Isso nos leva às nossas perguntas-chave. Nossa principal preocupação é perguntar como nós como contadores e especialmente como estudiosos da contabilidade podemos agir/falar/ser de maneiras proporcionais ao imenso privilégio de que goza a maioria de nós no mundo acadêmico. Como a contabilidade pode fazer *qualquer* diferença positiva para os brutalizados e oprimidos; para uma natureza vandalizada; e para um planeta machucado? Além disso, esperamos discutir a necessidade da contabilidade social e, talvez tangencialmente, como podemos melhorar os debates dentro de e sobre a contabilidade social.

O ensaio foi organizado da seguinte forma. Após esta introdução, na parte dois, continuamos nossa introdução e refletimos sobre o ‘projeto contábil social’ da forma como o vemos. Na parte três, investigamos se a contabilidade social tem qualquer importância e se os contadores realmente são as pessoas certas para tratar de e desenvolver a contabilidade social. Na parte quatro, discutimos a questão a fundo e investigamos se podemos pensar ou não que a contabilidade social tenha falhado antes de considerar se podemos falar sobre uma comunidade de contabilidade social na parte cinco. Nas partes finais do artigo, exploramos como podemos avançar e qual/quais outro(s) tipo(s) de contabilidade social podemos buscar e apoiar.

(N) O CONTEXTO DA CONTABILIDADE SOCIAL

No sentido amplo, parece possível considerar que o desenvolvimento da contabilidade social¹⁰, nos setores com e sem fins lucrativos, tem motivações e preocupações bastante similares. Em cada um deles, vemos preocupações centrais com noções de controle da entidade – da perspectiva de um administrador ou de uma sociedade – e principalmente com a responsabilidade e prestação de contas a grupos de partes interessados em vários desempenhos econômicos e não-econômicos. Porém, nos parece que a contabilidade social em ambos os setores se desenvolveu de maneira quase independente uma da outra. Nesta parte, apresentamos algumas especulações relacionadas. E, mesmo admitindo que isso na verdade pode ser apenas presunção, solicitamos

ao leitor que nos permita essa indulgência porque pelo menos pode ajudar a transpor a brecha entre os contextos da contabilidade social no setor privado e aqueles no setor público e de organizações não-governamentais.

O desenvolvimento da contabilidade social no setor privado – tipicamente mencionado a partir dos anos de 1950 e 1960 – quase sempre foi um ato voluntário, (tipicamente) realizado pelas grandes corporações (veja por exemplo Gray et al. 1996). Esses esforços atraíram uma variedade de explicações mas todas compartilharam algum grau de gestão de imagem e preocupação com a legitimização da entidade como organismo social e ambiental, além do seu papel dominante como organismo econômico. Com o crescimento das entidades, essa legitimização tornou-se muito mais sistemática e muito provavelmente mais crucial. Realmente, se for o caso que as Corporações Multinacionais representam a força dominante no planeta, a responsabilidade dessas criaturas é um *sine qua non* de uma sociedade civil civilizada e livre (veja, por exemplo, Korten 1995; Bakan 2004; Shenkin e Coulson 2007; Spence no prelo). Nesse ponto, a grande preocupação da contabilidade social será com o conflito entre o que uma corporação divulga à sociedade de bom grado; o que as corporações realmente fazem; e o que a sociedade tem direito a saber.

Em contraste, nos parece que a contabilidade social no setor público e organizações não-governamentais desenvolveu-se de maneira um tanto diferente (mesmo que, conforme tentaremos mostrar a seguir, como consequência das mesmas forças geopolíticas). Sob o risco de simplificar em demasiado (veja Ball 2002), as primeiras incursões em que podemos considerar hoje como a contabilidade social enfocaram o desenvolvimento e a evidenciação de uma série de indicadores de desempenho. Sem analogia com o ‘lucro’, muito esforço foi gasto para investigar os indicadores-chave de desempenho que pudessem captar as principais atividades organizacionais (veja por exemplo Sorensen e Grove 1977; Booth e Paterson 1982; Butterworth et al 1989; Gray e Haslam 1990). Apesar de que isso continua como foco de interesses (veja por exemplo Wall e Martin 2003; Galera et al. 2008), algo mais sistemático como a contabilidade social surgiu por volta da década de 1980. Naquele momento, as organizações públicas e organizações não-governamentais começaram a se sentir pressionadas para justificar sua existência social e ambiental em termos econômicos. Portanto, sob o risco de simplificação, podemos considerar a emergência da contabilidade social no setor privado como uma resposta das organizações principalmente econômicas, para demonstrar que não eram puramente econômicas; as organizações sem fins lucrativos, por outro lado, desenvolveram a contabilidade social para justificar sua busca por metas sociais e ambientais em termos econômicos. Ambos os desenvolvimentos podem, conforme sugerimos, ser vistos como consequência da crescente distância entre os indivíduos e as organizações (contrastando aqui com a noção de proximidade de Rawls), vinculada ao aparecimento da agenda neoliberal e suas reivindicações implicadas de que tudo que é importante pode ser mensurado e justificado através da

economia e dos mercados (veja por exemplo Zadek e Evans 1992; Evans 2000; Gray et al. 2006).

Se aceitamos provisoriamente essa especulação por enquanto, podemos conseguir sugerir que a diversidade no desenvolvimento da contabilidade social entre os pesquisadores dos setores privado e público/organizações não-governamentais está na sua/nossa visão sobre a organização responsável. No setor privado, os esforços da empresa estão orientados para justificar o que fazem; para muitos pesquisadores, essa ambição é a princípio insatisfatória. Muitas vezes é a própria existência da organização que precisa ser questionada e é sua vida dentro dos mercados financeiros globais que precisa ser desafiada e controlada. Em muitos casos, a contabilidade social para organizações no setor privado deve conter um elemento combativo para lidar com o conflito de poderes e responsabilidades. Para as organizações públicas/organizações não-governamentais, os pesquisadores costumam admitir o lugar central da comunidade epistêmica em que a organização se baseia. Sua razão de ser não está sendo questionada. A contabilidade social trata principalmente de oferecer justificativas para a entidade, para que possa prosseguir com suas tarefas principais. Considera-se no mínimo divertidamente irônico que as corporações expressassem seus interesses na contabilidade social exatamente da mesma maneira.

Apesar do esforço de poucos (veja por exemplo Ball e Grubnic 2007), essas preocupações e sua respectiva literatura não se cruzaram nem aprenderam uma da outra tanto quanto poderiam. Este artigo representa, entre outras coisas, nossa própria tentativa nesse sentido.

SE QUISÉSSEMOS CHEGAR LÁ COMECARÍAMOS AQUI?

Para preparar um pouco o terreno, gostaríamos de voltar a quatro questões básicas. São as seguintes. Primeiro: porque a(s) contabilidade(s) social(is) pode(m) ser importantes – se é que são? Segundo, o uso do termo ‘contabilidade(s)’ nos causa qualquer restrição importante? Terceiro, a contabilidade social precisa ter algo a ver com temas da contabilidade convencional? E, finalmente, a contabilidade social precisa ter algum vínculo com os contadores? Até certo ponto, essas perguntas podem ser triviais mas, se temos que tentar re-imaginar um novo futuro para a contabilidade social, precisamos ter alguma noção de pelo menos alguns dos nossos vieses encrustados e limitações historicamente adquiridas.

PORQUE A CONTABILIDADE SOCIAL PODE SER IMPORTANTE?

Resumidamente, no contexto acadêmico contábil, a principal preocupação da contabilidade social tem sido com o desenvolvimento da contabilidade corporativa em nome de algum ideal democrático (veja por exemplo Lehman 1999; Shenkin e Coulson 2007). E, em termos gerais, esse esforço foi motivado por uma preocupação muito apropriada com o poder e a influência da empresa

na construção da hegemonia e nas possibilidades reduzidas de sustentabilidade (veja por exemplo Korten 1995; Porritt 2005).

Indagações sobre a contabilidade social oferecem, entre outras, a promessa (apesar de idealizada) de um complexo corporativo, institucional e financeiro internacional, considerado substancialmente responsável por suas atividades perante a sociedade civil. Tal accountability – quando aplicada com êxito – mostraria grande duplidade; tornaria transparentes os conflitos essenciais e inevitáveis gerados pelo capitalismo global, surpreendentemente exitoso (e provavelmente essencialmente ganancioso). A visão – apesar de possivelmente otimista – é que mesmo tal accountability baseada em procedimentos (Lehman 2011; Shenkin e Coulson 2007) permitiria a possibilidade de um claro esclarecimento da injustiça social e da degradação ambiental embutidas na produção, no consumo e na expansão – na verdade, no capitalismo financeiro moderno. Tal accountability, se alcançada (Owen 2008), exigiria que tanto a sociedade civil quanto o Estado agissem de maneira que pudesse produzir um mundo totalmente diferente daquele em que vivemos agora.

Pode-se imaginar que tal accountability tivesse o potencial de suavizar em muito – ou até apagar – muitas das noções atuais de sucesso e renome que servem de moeda no capitalismo financeiro mais recente, particularmente no setor privado. Os mercados financeiros fora de controle – possivelmente os foros mais perniciosos no planeta – pelo menos seriam reconhecidos pelo que são, e talvez até ficariam sujeitos a questionamentos e restrições (Gray 2002b). Podem ser realizados debates sobre a sustentabilidade organizacional e a responsabilidade com base em evidências, ao invés de totalmente baseadas em afirmações e máquinas de relações públicas (Milne et al. 2006).

Não há nenhuma intenção de dar um sentido utópico ao potencial da contabilidade social e sua accountability no setor privado, mas sim apresentá-la como um meio através do qual possa emergir uma visão diferente.¹¹ A essência, em nosso entendimento, é re-introduzir uma ética intrínseca mas explícita no capitalismo que possa oferecer um caminho para limitar a devastação e a injustiça atuais e talvez potencialmente deter nosso atual mergulho precipitado em direção à distopia. A contabilidade social no setor privado principalmente mantém um vínculo polêmico com uma visão reformista (que por si só pode indicar captura ao invés de qualquer momento progressivo ou emancipatório). A tarefa pode se tornar esmagadora – para pesquisadores tanto do setor público/organizações não-governamentais quanto do setor privado. O progresso da forma em que é compreendido aqui demanda um esforço combinado em todas as frentes de oposição. Como a contabilidade social pode facilitar isso? Como pode começar a unir e enfocar os esforços? E então o que a contabilidade social pode ser? O que deveria ser? ‘Continuar’ com certeza é revisionista (pode não haver problema com isso mas precisa de direcionamento). Há necessidade de um ‘manifesto’ para que os argumentos tenham sentido. Em que direção estamos trabalhando?

Iluminação? Capacitação? Mudança social? Com que objetivo? Precisamos começar a articular o que significa melhorar a condição humana? E especificar os passos entre essa declaração e o oferecimento de um gole de água limpa a uma criança com sede? Qual é o lugar da contabilidade social nessa especificação?

É dessa forma que vemos a importância da contabilidade social e é com base nesses tipos de perguntas e princípios subjacentes – mesmo que reformistas ao invés de diretamente revolucionários - que acreditamos que a contabilidade social deve ser julgada em última instância.

‘CONTABILIDADE(S)... SOCIAL?’

A preocupação manifestada em certas ocasiões sobre a necessidade de restringir a contabilidade social devido ao seu vínculo com o termo ‘contabilidade’ parece ser ilusória – mesmo no contexto do setor privado. Obviamente, a criação e comunicação de relatórios contábeis no sentido amplo frequentemente tem sido identificada como atividade humana onipresente (Abercrombie et al. 1984; Arrington e Puxty 1991; Arrington e Francis 1993). Portanto, a contabilidade social não necessita estar associada à teoria e prática contábeis convencionais em nenhuma das formas mais óbvias. De fato, uma contabilidade social que podemos imaginar como o universo de todas as contabilidades possíveis somente *precisa* trabalhar com a bagagem da contabilidade tradicional até um ponto muito limitado – e possivelmente deliberado. Portanto, tomando o cuidado devido, a contabilidade social pode ganhar da contabilidade tradicional, mas não precisa depender dela. É claro que grande parte do desenvolvimento significativo da contabilidade social nos setores público e de organizações não-governamentais prestará quase nenhuma homenagem reconhecível à literatura e aos princípios da contabilidade tradicional (veja por exemplo Raynard 1995; Spreckley 1997; Pearce 2003; Quarter et al. 2003; Pestoff 2004; Pearce e Kay 2005).

A CONTABILIDADE SOCIAL DENTRO DA CONVENCIONAL?

Parece importante admitir que, para muitos comentadores, a contabilidade social (especialmente no setor privado) continua se preocupando principalmente com a manifestação de questões sociais e ambientais dentro das convenções da contabilidade tradicional (veja por exemplo Solomons 1974; e, para ilustrações, veja por exemplo Gray et al. 1998, Hughes et al 2000; Schaltegger e Burritt 2000; Epstein 2004). Como em questões como: risco, deterioração de ativos, passivos ambientais e as implicações do comércio de carbono se configuram em números financeiros da organização e as demonstrações contábeis começam a metamorfosear lentamente; quando (por exemplo) as classificações de custos se desenvolvem e a avaliação dos investimentos assume uma perspectiva mais de longo prazo; e quando a auditoria (por exemplo) acrescenta o risco ambiental e de reputação a seus temas de preocupação; as questões sociais e ambientais

começam a exercer algum impacto – provavelmente limitado – no mundo econômico. Porém, as questões sociais e ambientais somente ficam manifestas aqui até o ponto em que são traduzidas no econômico; *não* tem importância social ou ambiental intrínseca.

Parece que as preocupações dentro dessa área da literatura são mais devidas ao interesse no financeiro e econômico convencionais do que ao interesse no social ou ambiental em si. O interesse na contabilidade social aqui parece estar no potencial – embora incremental – de mudança nas práticas contábeis tradicionais.

Porém, de forma muito mais substancial, a própria contabilidade social deve ser tratada com o devido cuidado para que a consideremos algum dia como veículo de justiça ou responsabilidade ambiental – tanto nas organizações públicas ou organizações não-governamentais quanto no setor privado. Até o ponto em que qualquer contabilidade social esteja inseparável da contabilidade tradicional, deve descumprir com as cobranças penetrantes e significativas da contabilidade crítica (veja por exemplo Tinker 1984; Cooper e Hopper 1990; Power e Laughlin 1992; Gallhofer e Haslam 1997b; Laughlin 1999). Isto é, como se sabe bem, a contabilidade, entre outros, serve a determinados interesses, é masculinista, positivista e opressiva; silencia outras vozes e somente admite o que é e pode ser precificado – e o preço reflete somente o que aqueles interesses o deixam refletir. Se o capitalismo financeiro internacional não for a resposta a seus problemas, então provavelmente tampouco devemos olhar qualquer aspecto da contabilidade tradicional para resolvê-los.¹²

E OS CONTADORES?

De acordo com Medawar (veja 1976 e também em conversas e veja Hopwood 1985), se você fosse iniciar o desenvolvimento de um sistema de contabilidade e accountability sociais, seria aconselhável *não* começar com os contadores. Os motivos das preocupações do autor são óbviros. O apego dos contadores às regras e aos procedimentos; sua identificação em geral com aqueles que detém o poder; e sua reputação sobremaneira merecida de conservadorismo e evasão ao risco e à inovação inevitavelmente limitará sua capacidade de inovar. Qualquer contabilidade social que valha a pena incluirá a inovação e uma abordagem interativa e desenvolvimentista ao novo ofício. Os contadores são treinados (veja por exemplo McPhail 1999; Annissette 2000; Gray et al. 2001; Gray e Collision 2002) para se considerarem, por exemplo, imparciais, técnicos e preocupados com a precisão e a acurácia (Hines 1988), mas na verdade, claro, não são nada isso. Os contadores não são livres de desinteresses (veja por exemplo Morgan 1988) e há poucas evidências que sugerem que, como grupo, seriam a escolha primária para abranger o interesse público – apesar de que, nas organizações públicas e de organizações não-governamentais que privilegiam a sociedade civil e aqueles sem direitos, os contadores se envolvam em algum conflito contra o capital e os poderosos (veja por exemplo Lewis 2000; Ball e Seal 2005).

Além disso, considerar as iniciativas contábeis sociais tomadas pelos contadores ao longo dos anos como meros exercícios de (chamaremos de) legitimação ou apropriação de território parece contencioso (veja por exemplo AAA 1973; ASSC 1975; mas também Hopwood 1978). De fato, os referenciais, métodos ou disciplinas adquiridos pelos contadores são potencialmente valiosos.^{13,14} Em muitos sentidos, defenderíamos que o talento útil do contador provavelmente esteja no projeto, reconhecimento, avaliação e controle de sistemas de informação dentro de e além das organizações. Ao juntar esses sistemas internos e externos, o contador consegue gerar dados, avaliar sua provável confiabilidade e determinar sua apropriação para as questões que estejam sendo consideradas. Esses fatores, em combinação com sua experiência na comunicação de informações, sugere uma série de talentos que parecem ser essenciais para uma grande parte das formas de contabilidade social. Assim, mantemos uma associação (cautelosa) com a contabilidade/os contadores por enquanto. Faremos isso por motivos pragmáticos e morais.

Primeiro, há argumentos morais, deontológicos a favor do desenvolvimento da contabilidade social *por* contadores. Esses se baseiam na noção de que, confrontados com a pobreza, injustiça, degradação ambiental etc., nossa posição incrivelmente privilegiada (no mundo acadêmico e profissional ocidental) exige que busquemos reformar não só nossas próprias vidas e nossos próprios papéis na sociedade civil, mas também nossas vidas profissionais e de emprego. Assim, uma pergunta moral natural é ‘o que os contadores conseguem fazer *como* contadores?’ – e uma resposta é que podem tornar a contabilidade mais ‘social’. A contabilidade social é uma manifestação possível disso.

Segundo, conforme a contabilidade crítica demonstrou de maneira tão vivaz e convincente, as áreas de contabilidade e finanças estão profundamente envolvidas no estado da sociedade e do ambiente natural. Isso sugere uma responsabilidade moral para compreender, melhorar e possivelmente reverter os aspectos negativos desse envolvimento. Se a contabilidade (e finanças) estão estreitamente associadas com a pobreza, a injustiça e a degradação ambiental, uma contabilidade mais social consegue oferecer melhorias perspectivas à espécie (e, de fato, a outras espécies)? Esse parece ser um projeto que vale a pena prosseguir – apesar da resposta estar longe de ser clara. (Voltaremos a essa questão no final do texto.¹⁵

Terceiro, há um vínculo intrínseco entre a contabilidade e a accountability. A accountability é um *sine qua non* da democracia e da profissão contábil com um compromisso exigido por lei com o interesse público que deve buscar formas para avançar a maior parte da contabilidade de sua posição atual antidemocrática e aumentar a descarga da accountability organizacional na sociedade civil. Somente desta forma a sociedade civil consegue repreender a assumir a responsabilidade pela sua sociedade e devolver a pressão apropriada ao governo para fins de regulação e mudanças estruturais – um conjunto de capacidades inexplicavelmente assumidas cada vez mais pelo setor privado.

Finalmente, há os argumentos mais sólidos que

sugerem que (visões utópicas aparte) uma contabilidade social eventualmente fará parte de qualquer solução desde que não se torne parte do problema. É fundamental admitir que a contabilidade tradicional é tão maliciosamente interessada e distrativa, colonizadora e totalizadora que, para que aconteça qualquer liberação ou emancipação, deve mudar sua natureza. A contabilidade social pode oferecer algumas das formas em que a contabilidade pode mudar.¹⁶ Agora, enquanto a busca pela mudança da prática contábil tem o potencial de mudar a prática organizacional e, consequentemente, as percepções da sociedade (veja por exemplo Power 1994; Ball 2007), continua existindo a preocupação empírica muito real com que a única mudança contábil provável de ganhar força seja aquela que tem o apoio dos poderosos (atualmente o capitalismo financeiro internacional) ou de uma corrente da sociedade civil. O fato é que a contabilidade social parece ter uma questão principal para discussão porque significa (sabemos agora) que a maior parte das mudanças que acontecem no domínio público é provavelmente inofensiva.

Na academia, em contraste, a contabilidade social não parece sofrer as mesmas restrições: aí continua (a princípio pelo menos) existindo a liberdade de buscar quais mudanças são viáveis. E assim, para prosseguir, precisamos tratar de uma preocupação um tanto mais clara – e potencialmente provinciana – com que a contabilidade social se enfrenta às vezes: a saber, ela falhou?

A CONTABILIDADE SOCIAL FALHOU?

Apesar dos desafios que a contabilidade social atraiu, e do fato que não conseguiu a reforma benigna e global do capital, considerá-la como um fracasso total (ou perversamente como um sucesso total) não ajudaria. Durante a maior parte da sua vida, a contabilidade social (especialmente no mundo acadêmico) teve que lutar pela sua existência: na maioria dos locais, foi tratada com tanto desdém (certamente na contabilidade) até por volta de 1990 que inclusive esperar a sobrevivência de um ‘projeto de contabilidade social’ era ambicioso. Sua mera sobrevivência e desenvolvimento significa que, conforme sugerimos, o projeto da contabilidade social não é nenhum fracasso, apesar de qualquer outra coisa (veja por exemplo Gray 2004; Laine 2006).¹⁷

Já foram publicadas histórias da contabilidade social (veja por exemplo Gray et al. 1996; Mathews 1997; Gray 2002a; Owen 2008), então não há necessidade de repeti-las aqui. Provavelmente valha a pena, porém, mostrar duas linhas temporais do que segue.¹⁸

Primeiro, podemos esboçar uma periodização geral da *atividade* na contabilidade social. Essa pode começar com a experimentação no início dos anos 1970, tipicamente associada com as declarações de empregados e emprego e o desenvolvimento e uso dos indicadores de desempenho organizacional. A década de 1980, pelo menos no mundo corporativo, pode ser considerada como um período de evidenciação adicional no balanço anual, com a emergência de demonstrações mais detalhadas por entidades públicas, pelo menos

no Reino Unido. Vejamos então a re-emergência das demonstrações isoladas – de novo primeiramente no setor privado, a partir de 1990. Essas demonstrações isoladas destacaram as questões ambientais (até por volta de 1995), quando os temas sociais e comunitários surgiram ao lado dos aspectos ambientais (até por volta do ano 2000). Desde então, houve grande diversidade nas legendas das demonstrações, com a dominância da ‘sustentabilidade’ e ‘responsabilidade’.¹⁹

Uma segunda linha temporal – de novo com ênfase no setor privado – pode tentar estabelecer paralelos entre o desenvolvimento da legislação sobre as questões sociais e ambientais no mundo dos negócios (inclusive nas demonstrações) e o clima e a natureza do voluntarismo. O otimismo inicial anglo-americano e o interesse em accountability e responsabilidade no setor com fins lucrativos nos anos 1970 (veja por exemplo ASSC 1975; AICPA 1977) deram lugar a diretrizes crescentemente focadas, apesar de voluntárias (tipicamente para as demonstrações ambientais), e depois ao entusiasmo atual pela elaboração de demonstrações com base nos três pilares (*Triple Bottom Line* - TBL) e no *Global Reporting Initiative* (GRI). Tal insistência no voluntarismo contrasta com as evidências sobre os seus fracassos (veja por exemplo Kolk et al. 1999; Leipziger 2003) e com os esforços marginais, no entanto, são os mais regulatórios fora do nexo anglo-americano (Hibbitt e Collison 2004). Teorizar esses desenvolvimentos não foi o ponto mais forte da contabilidade social. Como forma ampla de generalização, o arcabouço normativo da accountability contribuiu (e continua contribuindo) em muito. Além disso, a sustentabilidade oferece o contexto principal.²⁰ Teorizações mais descriptivas foram baseadas em uma grande variedade de teorias: desde a teoria da agência à análise marxista; da teoria institucional à reflexividade. Porém, conforme aprendemos da tentativa de dar um sentido coerente a grande parte da contabilidade convencional, uma atividade como a contabilidade social, que se desenvolveu pontualmente e sem um arcabouço (regulatório) dominante provavelmente desafiará as tentativas de teorizar sua prática de forma coerente (ou pelo menos de forma ordenada e completa).

MAS O QUE A CONTABILIDADE SOCIAL ALCANÇOU, SE É QUE ALCANÇOU ALGO?

Uma avaliação *ad hoc* pode reconhecer que a contabilidade social: produziu uma rede saudável e diversa de estudiosos, professores e profissionais; avançou o tema no ensino e, de maneira mais significativa, gerou uma série de experimentos, compromissos e desafios com a prática (veja por exemplo Unerman et al. 2007). Particularmente, quando consideramos a contabilidade social dentro da academia, suas realizações – desenvolver o que se comprehende por contabilidade social; tornar o tema de contabilidade social ensinável e pesquisável; conceder legitimidade a uma comunidade de estudiosos; e envolver-se com e estimular a prática – sugerem fortemente que o projeto tenha sido um grande sucesso, pelo menos nesse aspecto. Vincular qualquer etiqueta de ‘fracasso’ à contabilidade social com certeza

parece injustificado. De fato, provavelmente merece um momento de atenção que a própria noção de fracasso sugere que há algum parâmetro contra o qual se deve mensurar a realização; não está totalmente claro qual possa ser. Mais substancialmente, qualquer sentido de fracasso que os contadores sociais possam vivenciar pode muito bem ser uma mera função da própria ambição revelada pela visão (quase utópica) que a maior parte da contabilidade social busca alcançar e contra a qual o êxito pode estar sendo avaliado. Tal ambição talvez possa ser mitigada quando admitimos a lentidão da mudança, enquanto nossa visão/imaginação pode continuar se desenvolvendo a uma velocidade limitada somente por aquela imaginação. Isso tudo nos despertou ainda mais diante dos dados sobre o colapso social e planetário, que nos dizem que tempo é algo que não temos.

Apesar disso, a contabilidade social conseguiu desenvolver ou manter uma energia criativa, uma angústia imaginativa, uma fronteira de antagonismo, entre o mundo como está e o mundo como deveria ser (veja também Everett 2007)? Aqui podemos ser menos otimistas.

Há dois temas que queremos explorar aqui: a contabilidade social na comunidade acadêmica e, de forma mais essencial, a contabilidade social e o compromisso com a prática e a política.

A CONTABILIDADE SOCIAL E A COMUNIDADE ACADÊMICA

A crítica severa tecida por Milne (2007) oferece um ponto de partida útil. Esse autor investiga a categorização dos elementos da contabilidade social elaborada por Mathews (1984): Contabilidade de Responsabilidade Social; Contabilidade do Impacto Total; Contabilidade Socioeconômica e Contabilidade de Indicadores Sociais. A partir daí, Milne reavalia a pesquisa contábil social dos últimos vinte anos e conclui que a maioria dos esforços foram dirigidos à evidenciação de informações sociais e ambientais pelas empresas (chamada por Mathews de Contabilidade de Responsabilidade Social), chegando ao ponto de quase excluir a pesquisa mais ampla. Ao equilibrar a admissão de um certo exagero²¹ por Milne com o reconhecimento de que a categorização de Mathews não foi universal desde o começo (como este ensaio, partiu de um viés fortemente contábil e do setor privado), provavelmente continua havendo uma cobrança substancial que deve ser respondida. O empirismo casual (para maior fundamentação, veja também a seção de resenhas na página eletrônica do CSEAR) sugeriria que, em uma grande maioria dos vinte a trinta artigos internacionais publicados a cada ano sobre a contabilidade social²², o foco está no estudo da evidenciação (corporativa). Tais evidências circunstanciais de um potencial comportamento manada podem ser devidas à disponibilidade de dados e à tradição, mas podem conter uma dica mais preocupante do argumento formulado por Tuttle e Dillard (2007) sobre a pesquisa sujeita ao isomorfismo institucional no seu movimento de consolidação e avanço da diversidade em direção à homogeneidade.²³ É possível que ênfases

diferentes tivessem estimulado a emergência de um pano de fundo diferente na contabilidade social? Sustentamos, porém, de acordo com Milne (2007), que há algo fundamentalmente insalubre em uma área de estudos com um potencial tão infinito e que mesmo assim parece revelar uma imaginação relativamente limitada.

O fervor revolucionário deu lugar ao desenvolvimento sistemático de questões menores e menores nos interesses da publicação e avaliação de pesquisas? (Veja também a seção especial no *European Accounting Review* 17:1 2008 e particularmente os artigos de Khalifa e Quattrone, Hopwood e Gendron.) A complexidade dos temas tratados na pesquisa contábil social representa uma função das ferramentas investigativas e modalidades de bolsa de estudos e publicação consideradas aceitáveis atualmente? Alternativamente, há algo com os contadores (Medawar 1976; Hopwood 1985) que estimula a conformidade e, nos seus casos extremos, a incapacidade/relutância em escapar da ‘epistemologia da modernidade’, de acordo com Lehman (2006, 2007)? Além disso, parece que existem tendências conservadoras nas próprias academias (Tuttle e Dillard 2007).

Portanto, apesar de que a contabilidade social possa conseguir atrair acadêmicos contábeis geralmente insatisfeitos com o *mainstream* e que de alguma forma desejam envolver-se de forma mais próxima com questões de ‘real’ preocupação e importância (não puramente econômica), talvez nós nem como indivíduos, nem como comunidade temos a capacidade ou imaginação de investigar a ausência (Choudhury 1988) ou o silêncio (Hines 1992) de maneiras novas e inovadoras.²⁴ Por exemplo, há relativamente poucos teóricos na pesquisa contábil social. Consequentemente, parece depender excessivamente de uma aproximação muito solta com a ciência normal ou do trabalho de, por exemplo Lehman, Power e Tinker. Continuamos lutando com as formas de energizar a imaginação e produzir uma literatura de imaginação e compromisso (Gray 2002a; mas vejamos depois). Tal ausência nos deixa vulneráveis a cobranças de fracasso pelas comunidades teóricas. Mais substancialmente, teríamos de aceitar que, enquanto a maioria dos contadores sociais (veja abaixo) admitem explicitamente que a contabilidade social ‘tem interesse’, provavelmente a questão é que a extensão total desse interesse não tenha sido cuidadosamente explorada, compreendida e exposta (veja por exemplo Hopwood 1985; Lehman 2006).

Além disso, parece importante observar que aparentemente existe um alto grau de autodisciplina no trabalho empreendido na contabilidade social. Isto é, provavelmente é improvável que a especulação e as propostas para a prática na literatura se afastem demais do que atualmente é considerado como a arte do possível. Assim, observamos que a literatura contém relativamente poucas especulações sobre, por exemplo, as consequências de uma redução profunda no volume da contabilidade financeira; a produção de demonstrações através da poesia; a elaboração de demonstrações completas de acordo com a TBL; ou a aplicação de sistemas contábeis totalmente dialógicos²⁵

às Corporações Transnacionais, etc. São vítimas de autodisciplina? As revistas se recusariam a distinguir entre tal especulação cuidadosa, entusiasmo indulgente e afirmações incoerentes? Isso pode muito bem ser uma questão que as academias devem resolver.

Isso nos leva a um ponto significativo: a prática acadêmica na contabilidade social muito frequentemente é limitada a uma função da sua prática atual.²⁶ A pesquisa, pelo menos no setor privado, é em grande parte limitada por uma atividade que é uma função da hegemonia capitalista financeira internacional. Num sentido notável, encontramo-nos somente capazes de estudar aquilo que o poder nos permitirá estudar – como isso pode ser chamado de revolucionário? Esse fenômeno²⁷ não é novo – nem limitado à contabilidade social. Mas com certeza representa um desafio a qualquer projeto que deseja ser inovador e reformista (talvez até revolucionário) quando os termos empíricos do trabalho devem ser negociados em contratos injustamente equilibrados com as próprias organizações que se deseja mudar.

Portanto, apesar de que a contabilidade social talvez não esteja construindo um projeto novo ou revitalizado atualmente, já alcançou muito. A linguagem social e ambiental dos negócios, contabilidade e finanças mudou; mostrou-se o vazio das reivindicações por responsabilidade pelo capital; através da análise de ‘integralidade’, a evidenciação voluntária ficou exposta como utilização seletiva; as reivindicações de responsabilidade e sustentabilidade foram expostas como ocas; e *realmente sabemos* agora como elaborar demonstrações sociais, ambientais e de sustentabilidade substanciais. A afirmação de que ‘não é possível’ não mais se pode manter. E cada uma dessas realizações foi alcançada dentro da linguagem e dos termos das próprias organizações – e portanto deveria ser menos refutável. (Não se pode culpar totalmente a contabilidade social pelo fato de que particularmente os negócios – e a maioria dos acadêmicos na área – escolham ignorá-las.)

COMPROMISSO COM A PRÁTICA E A POLÍTICA

A comunidade acadêmica na contabilidade social merece algum crédito (nos devidos lugares) por inovações como: as demonstrações vanguardas por organizações baseadas em valores como Traidcraft e Landcare; as experiências de relatórios contábeis de sustentabilidade em Landcare e BP; o compromisso com e apoio aos investimentos socialmente responsáveis (ISR) e sua comunidade; o trabalho com os sindicatos; o avanço considerável na contabilidade social alcançado em organizações não-governamentais; os desenvolvimentos políticos do GRI, do *Institute of Social and Ethical Accountability (ISEA)* e particularmente dos prêmios (globais) de accountability da ACCA; o projeto da Rede de Contabilidade Gerencial Ambiental (EMAN) e assim por diante. Esses (e outros exemplos do mesmo tipo) não são realizações triviais de forma alguma. Porém, a contabilidade realmente (claro) falhou em transformar o capitalismo moderno (!?) e, apesar de ter apoiado o aumento nos relatórios sociais e ambientais crescentemente concretos, não conseguiu (claro) estimular as organizações tradicionais a adotar

a total accountability social e ambiental. O que talvez seja o mais revelador, os acadêmicos – e profissionais – na área de contabilidade social conseguiram resultados variáveis em enterrar-se na política, no governo e na regulamentação, com algumas experiências exitosas relatadas na Austrália e Dinamarca, e impactos menos óbvios no (digamos) Reino Unido e nos Estados Unidos.

Esse pensamento nos levam, suspeitamos, à necessidade de considerar menos o que é feito do que quem está fazendo. Assim, agora investigaremos brevemente a própria ‘comunidade’ contábil social.

UMA COMUNIDADE DE CONTABILIDADE SOCIAL?

Existe algo como uma ‘comunidade’ de contabilidade social? Caso sim, é provável que seja um tanto amorfa e mutável: considerado pela referência ao seu pessoal ou aos seus interesses.²⁸ Nos anos iniciais, a variedade de interesses consideradas no contexto da contabilidade social foi extremamente grande e parecia estimular qualquer coisa fora da contabilidade ortodoxa, tradicional: assuntos em países menos desenvolvidos, aspectos comportamentais da contabilidade, contabilidade por empregados e demonstrações de valor adicionado apareciam todas nas páginas do *Social Accounting Monitor (SAM)*. Essa revista, porém, provavelmente tinha um papel mais importante do que o estímulo a uma área em desenvolvimento: sua existência desde o final dos anos 1970 até 1992 (quando alterada pelo CSEAR para o *Social and Environmental Accounting Journal*) deu as dicas iniciais de uma comunidade emergente que queria conversar com outros que mantinham interesses vagamente semelhantes.²⁹ Esse desejo se manifestou no estabelecimento do CSEAR no ano de 1991 e continua sendo uma característica razoavelmente dominante da comunidade desde então.³⁰ É como se, através de alguma sensação de ser marginalizados, uma série de indivíduos (a maioria mas com certeza não todos acadêmicos contábeis) sentiram a necessidade de uma comunidade e, assim, se constituiram. (Veja por exemplo Moynihan 2008 para uma abordagem diferente a questões relacionadas na gestão pública).

Contudo, suspeitamos que vá além disso. No cerne da contabilidade, não se encontra uma noção coerente de estrutura intelectual (apesar das tentativas feitas por alguns entre nós para torná-la coerente). Um questionamento sério provavelmente sugeriria que um sentido coletivo de assédio e marginalização contribuem mais à coesão grupal do que a coerência intelectual ou uma visão política compartilhada. Porém, no seio do (desse?) movimento de contabilidade social está um conjunto de valores compartilhados – de fato uma comunidade epistêmica. Esses valores não são marginalizados de forma consciente, mas com certeza há desejo de algo além da experiência acadêmica e profissional (contábil) tradicional e, pelo menos, são baseados no compromisso com a democracia. Há uma noção compartilhada que devemos resgatar a compartimentalização da vida e que a vida sem uma noção reflexiva da boa vida no seu cerne não é vida de forma alguma.

Isso nos leva a duas especulações de potencial interesse. Primeiro, pode realmente ser que, para a maioria dos membros da (do que consideramos aqui ser) comunidade de contabilidade social, o projeto contábil social tenha relativamente pouca importância ou não seja uma questão que demande uma visão coletiva. Isto é, pode ser que a comunidade contábil social seja o produto e que seja a existência de um lugar onde os indivíduos podem pensar e falar livremente, e serem apoiados (de formas talvez calorosas mas vagas e desprovidas de senso crítico) que torna a comunidade o que é.³¹ Existe pouca dúvida de que as novas contabilidades necessitarão de lugares onde o ruído da confusão individualista não abafa o silêncio e a poesia da comunidade. Portanto, pode ser que qualquer tentativa de articular o projeto (diferente da articulação de *um* projeto em torno do qual uma comunidade pode se juntar) seja gravemente contraprodutivo. Tais articulações poderiam expor diferenças que podem destruir a comunidade (conforme mostrado por muitos exemplos de pesquisas sobre o calculável e explícito – veja por exemplo Dey et al. 1995) Talvez as tentativas de articular o projeto de contabilidade social sejam articulações realmente muito pessoais, quase solipsistas sem nenhum valor formal para uma comunidade acadêmica – exceto o reconhecimento pelos membros do direito – talvez inclusive do dever – de cada um de estabelecer e compartilhar tal articulação.³²

Se isso for o caso, então pode valer a pena especular sobre a possibilidade da ‘contabilidade social’ ser um significante vazio – ou pelo menos flutuante (Laclau e Mouffe 1985; Laclau 1990, 1996, 2005). O termo não possui um significado fixo – nem deveria. É uma etiqueta sob a qual pessoas com desejos e insatisfações (mesmo que tais desejos e insatisfações sejam geralmente incoerentes) se encontram para trocar poesias em uma arena que explicitamente se abstém da testosterona agressiva de outras demonstrações acadêmicas. E se tiver só isso? Mas esse significante vazio malformado revelou uma comunidade e um corpo de pesquisa substancial que, após ter realizado bastante, agora (pensamos) necessita de re-energização em formas novas e ainda não imaginadas.

A ‘comunidade’ contábil social usou suas redes, suas comunicações, suas revistas e suas conferências para fazer vir à superfície ideias novas e inovadoras; são lugares onde (apesar de ser uma expressão limitada de) o especulativo, o pessoal e o espiritual podem coexistir com o convencionalmente rigoroso, comprometido e publicável. Isso significa que qualquer sentido de atrasar um/o projeto é errôneo. Não há um ‘projeto’ em si. Repetições e pesquisas banais manifestam a aprendizagem pela qual os novos acadêmicos têm que passar; demandar somente novidades em uma área mais e mais movimentada pode ser insensato. ‘A ciência normal’ também representa a moeda no domínio da academia – a base do estudo tradicional. Nenhuma disciplina, da forma em que as concebemos hoje, pode existir sem ela. E talvez o que estejamos enfrentando agora é um período de recarga e renovação, fundamentado em uma base mais ampla e profunda. Se a imaginação for importante, então a comunidade contábil social precisa proporcionar um

contexto em que a inovação possa germinar – em que talvez a imaginação até seja solicitada. Mas também necessitamos descobrir uma maneira de aplicar essas imaginações em formas comunicáveis e rigorosas; a necessidade de inovação não é nenhuma desculpa para a indulgência e trivialidade.

A IMAGINAÇÃO, OS RELATOS SOCIAIS E O FUTURO

Sem querer sugerir de alguma forma a supressão de qual(is)quer linha(s) de estudo (retornaremos a alguns mais adiante), há três temas principais que consideramos merecedores de uma redinamização. Essa consideração gira em torno de uma resposta pelo menos parcial às advertências de Lehman (2006, 2007) para abandonar a epistemologia da modernidade econômica e escapar de seus ‘termos de referência’ econômicos (2006:767) e o conselho de Shenkin e Coulson (2007) para avançar do ‘corpo-centrismo’ que marca a maior parte da contabilidade social. Fundamentalmente, queremos reforçar um tipo de adesão à moda do Brecht à dúvida e imaginação e uma busca de maior *autenticidade* à moda do Sartre. E, no seu núcleo, desejaríamos manter uma noção-chave da culpa pela injustiça que aja como um imperativo para garantir que o nosso enorme privilégio em nos envolver com essas questões se aproxime (no sentido de Rawls) o máximo possível das questões de interesse. Isso é o estudo como caminho para a redenção e a sabedoria, e não como opção de carreira ou os adereços de uma vida de lazer (ou ‘trabalho acadêmico’).³³

Mesmo continuando a lutar com as formas de dinamização da imaginação e de produção de uma literatura de imaginação e envolvimento (Gray 2002a; Adams e Larrinaga-González 2007), já notamos que muito trabalho acadêmico é realizado na contabilidade social. Além da experimentação exitosa e particularmente o sucesso qualificado da contabilidade para a (falta de) sustentabilidade (veja por exemplo Bebbington 2007; Spence e Gray 2008), o uso inovador de uma demonstração social em Cooper et al. (2005) mostra uma maneira muito poderosa de trocar a entidade contábil e envolver-se diretamente com questões políticas. As obras iniciais sobre a auditoria social e a capacitação dos grupos de interessados mostram uma história longa e nobre (veja por exemplo Harte e Owen 1987; Geddes 1991; e particularmente Owen 2007) e isso ganhou novo fôlego em anos recentes através de iniciativas como as contas sem movimentação e paralelas do CSEAR; o que Adams denomina a brecha entre a evidenciação e a descrição do desempenho e o que Gallhofer et al. redescobre como *counteraccounting*. (Gibson et al. 2001; Adams 2004; Gallhofer et al. 2006). Provavelmente há uma ampla série de oportunidades para oferecer contabilidades alternativas em uma variedade de contextos.

Tais admissões podem nos estimular a promover uma rede ainda maior.³⁴ Por exemplo, Gray (2006) e Collison et al. (2007) apresentam maneiras possíveis de usar dados globais ou nacionais para mudar o foco de como concebemos a entidade contábil e, assim, desafiam muita da retórica vazia na modernidade corporativa.

A contabilidade dialógica sugerida por Thomson e Bebbington (2005) oferece uma nova abordagem decentralizada às demonstrações. O que temos aqui, provavelmente, são as linhas emergentes de novas concepções do que possa se tornar uma demonstração social.

Mas os melhores exemplos e oportunidades de novas contabilidades podem muito bem ser encontrados nos setores público e de organizações não-governamentais. Para muitas dessas comunidades epistêmicas, os direcionadores da prestação de contas sociais podem ser principalmente econômicos. Apesar disso, os valores fundamentais dos objetivos da organização e suas atividades mais provavelmente estão em sintonia com as ansiedades da comunidade contábil social. Buscar as características das organizações baseadas em valores – sejam elas empreendimentos sociais ou ONGs por exemplo – e tentar trabalhar ativamente com sua criação é bastante promissor (veja por exemplo Spreckley 1997; Capron e Gray 2000; Quarter et al. 2003; Pestoff 2004; Young e Tilley 2006).³⁵

Além disso, há a perspectiva ainda mais tentadora de buscar a transformação das organizações convencionais em ‘novos modelos’, seja isso o que for (veja por exemplo Young e Tilley 2006). Muitos ingredientes residirão em organizações baseadas em valores e ONGs e negócios comunitários e suas auditorias sociais talvez possam se tornar as sementes desses processos. (Veja, em caso de interesse, Ball 2007).³⁶

Onde queremos chegar aqui são os regimes de accountability que são mais ativamente normativos (veja por exemplo Klijn 2008; Osborne 2008) e que talvez comecem a parecer, e realmente podem agir em parceria com, (digamos) as melhores formas de jornalismo. Em resumo, cautelosamente propomos quatro estratos interrelacionados de atividades (para aqueles entre nós que possam considerar-se partes de algum ‘projeto contábil social’), suspeitando que possam ajudar a redinamizar a contabilidade social, especialmente na academia. Esses são: a reconceitualização de coisas novas através da inovação e imaginação; a identificação e descrição de novas maneiras de accountability (tais como aquelas sendo contempladas ou usadas por profissionais e organizações não-governamentais); o desenvolvimento de novas demonstrações por entidades novas ou diferentes, em diferentes unidades com diferentes noções de utilidade e accountability; e, finalmente, maior inclusão da força que o estudo crítico pode oferecer para expor e desafiar a hegemonia. Para que isso aconteça, especulamos que a comunidade contábil social pode precisar tomar uma série de decisões conscientes.

Talvez a mais óbvia dessas decisões seria aprender como escapar do peso morto da hegemonia empresarial sobre os pensamentos, as ações e as imaginações autodisciplinadas da contabilidade social. Consideramos que, sem necessariamente adotar a inclinação, muitas vezes intelectualmente preguiçosa, da revolução remota, devemos aprender a tratar qualquer noção de que o poder econômico do mundo dos negócios (seu poder direto ou sua influência indireta no discurso nos setores público e de organizações não-

governamentais) necessariamente oferece algum tipo de *garantia* moral ou intelectualmente válida para o esforço intelectual completamente absurdo. Devemos aprender uma linguagem que evidencia essa absurdade e encontrar domínios empíricos cujo envolvimento não está sujeito à relutância conservadora do capital. Isso *não* significa sugerir que tudo o que está associado aos negócios deve ser desdenhado; exatamente o oposto. Significa sim garantir que o negócio dos negócios *não* é pensar e pesquisar; isso é o negócio dos acadêmicos (entre outros). Para que a comunidade contábil social se desenvolva, escapar da hegemonia empresarial pode representar um passo fundamental. Abandonar a contabilidade organizacional – pelo menos das organizações comerciais – pode, pelo menos parecer, também se mostrar outro passo inevitável.

Os elementos-chave desta fuga desafiarão diretamente as exigências convencionais. E não só nos desafios à prestação de contas, mas também nos desafios às atividades de lobby, educação e, demonstrando ambições estruturais, talvez de forma mais importante, exporão e desafiarão as instituições e os mercados financeiros. Pode ser feito muito mais para levar a contabilidade social a assumir compromissos políticos (veja por exemplo Dunn e Sikka 1999, Sikka et al. 1999; Mitchell e Sikka 2005). Igualmente, e talvez até mais urgente, a contabilidade social precisa explorar ainda mais porque a SRI tantas vezes representa o limite das ambições quando confrontada com o enorme poder dos mercados financeiros. Desfazer as premissas e influências dos mercados financeiros internacionais (veja por exemplo McGoun 1997; Bailey et al. 2000; Murray et al. 2006) e apresentá-las como desafios dentro de e sem a academia nos sugere uma ambição exigente e nobre.

De forma igualmente óbvia, e talvez em contraste com uma preocupação com os mercados financeiros, deve-se abraçar mais ativamente o trabalho excelente e diverso realizado nos setores de serviço e público. Para aqueles que trabalharam arduamente nesta área, tanto dentro (veja por exemplo Burritt e Welch 1997; Cotton et al. 1997; Spedding 1997; Lewis 2000; Quarter et al. 2003) Ball e Grubnic 2007) e sem (veja por exemplo Zadek e Evans 1992; Raynard 1995; Spreckley 1997; Pearce 2003; Pearce e Kay 2005) os acadêmicos, tal sugestão deve parecer provocadora em sua ousadia. Mesmo assim, da mesma forma que nos setores dos empreendimentos sociais e organizações baseadas em valores (veja por exemplo de Leeuw 1995; Gray et al. 1997; Capron e Gray 2000; Dey 2007), há relativamente pouco que sistematicamente encontrou seu caminho para dentro da literatura contábil acadêmica (até onde sabemos). Há trabalho mais importante a ser feito aqui, com o refinamento e a avaliação sistemática deste trabalho e o estabelecimento dos fundamentos para estudos acadêmicos mais desenvolvidos (veja especialmente Ball e Seal 2005; Unerman e O’Dwyer 2006; Ball e Grubnic 2007; O’Dwyer 2007 para iniciativas importantes nesta área.)

Pensar desta forma sugere uma série de áreas em que falta desenvolvimento à contabilidade social – pelo menos da forma em que costumamos compreendê-la aqui. Assim, para avançar em direção a uma conclusão

mais produtiva para este ensaio – mesmo correndo o risco de especulações infundadas – a contabilidade social no contexto acadêmico poderia dar mais atenção à questões como:

- Análise sistemática da contabilidade de empreendimentos sociais e de caridade.
- Responder às literaturas das incursões dos setores públicos na contabilidade social (veja particularmente Ball 2002; Ball e Seal 2005; Marcuccio e Steccolini 2005).
- Começar a descrever, ilustrar e estabelecer os parâmetros dos – qualquer que seja o nome que lhe dermos - mecanismos de accountability menos procedimentais e/ou mais horizontais. Qual seria a aparência das ‘demonstrações promulgadas’ e como podemos avançar nessa direção (Ball e Seal 2005)?
- Explorar e desenvolver a forma necessária da contabilidade social em contextos não-ocidentais
- Desenvolver ainda mais noções de sistemas de escrituração social e informações gerenciais (veja por exemplo Dey et al. 1995; Brown et al. 2005; Dey 2007).
- Reconsiderar demonstrações para grupos específicos de interessados, tais como os empregados e desempregados; fornecedores em relações desequilibrados versus o livre comércio; comunidades e assim por diante.
- Demonstrações sociais para os pobres e/ou excluídos.
- Explorar o possível formato das demonstrações de justiça social.
- Desenvolver demonstrações dos direitos humanos.
- Como podemos apresentar demonstrações de (digamos) grupos industriais ou coleções geograficamente determinadas de organizações? Qual informação isso geraria e o que pode ser feita com ela?
- É possível e útil aumentar as investigações sobre o tratamento fiscal e oferecer uma variedade mais ampla de descrições sobre este, sua incidência e evasão?
- Como podemos (principalmente nós contadores) começar a nos capacitar para considerar mais demonstrações múltiplas e sua interação?
- São necessárias novas demonstrações para desenvolver o trabalho de Jones (1996) e Pallot (1997) sobre biodiversidade – mas, além disso, como podemos desenvolver demonstrações sociais sobre o ar, a terra, a água e outras categorias de experiências humanas e não humanas?
- Quais tipos de demonstrações apelariam mais diretamente aos responsáveis políticos e, caso sim, até que ponto tais

demonstrações exigiriam compromissos perigosos e o silenciamento de outras vozes?

- Inevitavelmente, a maior expansão da ‘contabilidade para o outro pelo outro’³³⁷ – a contabilidade sem movimentações e paralela conforme desenvolvida, mas que oferece tantas outras possibilidades (veja por exemplo Gibson et al 2001).

Essa lista poderia – e provavelmente deveria – ser muito maior. Afinal, é improvável que o universo de todas as contabilidades possíveis esteja tão finita quanto as nossas imaginações. Apesar disso, o ponto importante aqui é que, dentro da academia da qual fazemos parte e dentro da comunidade a que pertencemos e da qual buscamos o apoio, permanece muito trabalho a ser feito e grande parte não será feita enquanto a convenção, a ciência normal e o capricho do capital continuam prevalecendo.

CONCLUSÕES

Vamos terminar então com uma chamada à luta. Vamos combinar a teoria e a ciência normal com a sujeira debaixo das unhas. Vamos ter consciência do nosso privilégio de forma explícita e diária e tentar sentir empatia por uma mãe que não consegue dar água ao seu filho ou por um pai que não consegue proteger sua filha. Vamos continuar buscando formas de reconhecer e reverter a fuga de poderes do governo central e da sociedade civil. Vamos nos manter alertas a um planeta que ameaçará a existência dos nossos filhos. Vamos apenas prestar conta dessas coisas. Vamos ser (conforme a sugestão de Ghandi) a mudança que queremos ver.

Talvez possamos aprender como a natureza presta conta – se é que presta. Talvez tenhamos de aprender: como nos prestamos conta, de pessoa para pessoa; como os valores alheios ao mercado (Thiellemann 2000) são o negócio da existência humana; e como o comércio é valioso, mas também perigoso. Talvez estejamos indo em direção a uma nova capacitação da *accountability* e da contabilidade como idioma – uma re-investigação de, por exemplo, Mouck (1994); Cooper (1995); Hanninen (1995); Simmons e Neu (1996); Harney (2006) e olhando além da imaginação sugerida aí, para um lugar onde estudemos a contabilidade social como uma multiplicidade, como a própria cola que junta as pessoas e que separa as pessoas de sua natureza. Precisamos aprender novas formas de assegurar *garantias* de maneira autêntica nos debates e negar qualquer supressão de outras pessoas. Devemos abandonar aquilo que não pode ser considerado como proporcional com uma vida boa e mostrar nossas premissas assumidas mais explicitamente – apesar do incômodo que isso causará.

Podemos aprender a transformar organizações antigas ou construir um ‘modelo novo’ de entidade. Podemos muito bem impor o abandono total das organizações como entidades. Talvez possamos responder à análise de Albrow e Glasius (2008) e enfocar em uma nova sociedade civil global, embutida em formas novas e melhor compreendidas de comunicação e democracia.

Talvez aí enfrentaremos os conflitos e decidiremos quem sofrerá na transição para um mundo menos injusto. Sugerimos que a proximidade e a autenticidade se tornem nossos critérios, que a comunidade se torne nosso potencial e que o reconhecimento da absurdade sirva como nosso principal arma.

AGRADECIMENTOS

Este artigo provém de uma apresentação inicialmente preparada para o Seminário *AOS* intitulado 'Calculando a Sustentabilidade', realizado em Veneza em março de 2007. Os autores agradecem pelos comentários dos participantes naquele seminário e pelo estímulo precoce de Anthony Hopwood e Fabrizio Panozzo. Os comentários subsequentes de Amanda Ball, David Collison, Colin Dey, Sue Gray, Anthony Hopwood, Markus Milne, David Owen, Ian Thomson, os participantes no Congresso APIRA em 2007, no Congresso CSEAR (Reino Unido) e no *Workshop* Internacional do IRSPM/EGPA tiveram grande influência no direcionamento do artigo e na longa luta para sua conclusão. Nossos agradecimentos. Finalmente, é com grande satisfação que agradecemos o apoio de Stephen Osborne e os comentários solidários mas excelentes e muito exigentes dos pareceristas anônimos, cujos esforços levaram o artigo acima do provincianismo inconsciente.

(Notas)

1 O título claramente derivativo foi escolhido de forma consciente e deliberada. Particularmente os trabalhos *Small is Beautiful: Economics As if People Matter* de Schumacher (1973) e a contribuição muito mais recente e pragmática do Porritt (2005) intitulado *Capitalism: As if the World Matters* estão entrelaçados no texto. O termo *Postalgia* ‘refere-se a um desejo de um futuro celestial, um desejo central nas falas sobre e iniciativas de mudança’ (Ybema 2004).

2 Preparado para o *Workshop* Internacional do IRSPM/EGPA sobre Auditoria Social, Contabilidade Social e Responsabilidade, Charles University, Praga, 2008.

3 Agradecimentos a Hugh McBride por essa referência como lema da contabilidade social!

4 O Centro de Pesquisas Contábeis Social e Ambiental (CSEAR) é uma associação baseada na afiliação de membros na University of St Andrews e, quando da elaboração deste artigo, tinha mais de 700 membros em mais de 40 países. Maiores detalhes estão disponíveis em www.st-andrews.ac.uk/management/csear

5 Não há nenhuma intenção de usar uma falácia do espantalho e a sugestão certamente merece atenção. Exemplos específicos dessa sugestão ocorreram tanto nas trocas anteriores a e durante um seminário de *Accounting Organizations and Society* realizado em Veneza em março de 2007 e apareceram durante uma consulta internacional do CSEAR a seus afiliados, reconsiderando a missão, a governança e o êxito do Centro (veja, por exemplo, *Social and Environmental Accounting Journal* 26:2 ppl, 14-18).

6 Em uma conversa particular, Carol Adams questiona se seu trabalho sobre Alfa e a brecha entre a evidenciação e a descrição do desempenho deve ser considerado como uma ‘conta retificadora’.

7 Para maiores informações, veja Gibson et al. (2001) e as informações relacionadas na página eletrônica do CSEAR.

8 A Pesquisa-Ação – ou mais especificamente a Pesquisa-Ação Crítica da forma em que foi apresentada por Richard Baker (2006) - pode oferecer uma forma de articular o projeto contábil social e está sendo desenvolvida de maneira a oferecer uma forma mais rica de conceituar trabalhos comprometidos deste tipo.

9 A ambição aqui é que a contabilidade social pode precisar vincular Habermas, Gadamer, Taylor et al. a ideias mais violentamente liberalistas: uma sugestão que provavelmente nos aproxime dos debates em Butler et al. (2000).

10 Estamos usando contabilidade social aqui como o termo genérico comum para indicar, entre outras, a contabilidade de responsabilidades sociais; a contabilidade, ela-

boração de relatórios, evidenciação e auditoria sociais, sustentáveis e ambientais e assim por diante.

11 De fato, qualquer visão utópica ultrapassa o nosso escopo aqui e, conforme discutido em outras ocasiões (Dillard 1991; Gray 1992), seria improvável que nossa noção de utopia contivesse muito da contabilidade formal e conteria nada ou quase nada da contabilidade social *formal*.

12 Esse diálogo de muitos anos entre a ‘contabilidade social’ e a ‘contabilidade crítica’ levanta uma noção de uma possível ‘contabilidade social crítica’. Quando pensamos na ‘contabilidade social crítica’, o termo ‘crítico’ seria um adjetivo redundante?

13 Há a questão mais difícil do grau em que os contadores adotarão a bagagem da contabilidade tradicional através do apego inconsciente ao invés de como uma escolha consciente e racional.

14 Estes comentários foram baseados em Gray (1990), com o objetivo de estimular os contadores a se envolverem em práticas contábeis ambientais. Mesmo bastante acuradas, as declarações também são um tanto ingênuas em vários aspectos. Entre os mais notáveis está o fato de que os contadores parecem valorizar-se por habilidades que na verdade não possuem – tais como a capacidade de avaliação e compreensão da organização (Gray 1990; Gray et al. 2001).

15 Precisa especificar uma ressalva crucial. Nada do que dizemos aqui sugere que a contabilidade seja o melhor ou único lugar para começar. Porém, após ter tomada alguma decisão anterior (por qualquer motivo) de continuar como contador, mesmo que na academia, investigar as possibilidades oferecidas pela contabilidade parece ser um começo adequado. Não há nenhuma sugestão de que a contabilidade social seja mais importante que as finanças sociais; a administração social, o direito social ou até o ativismo social fora do mundo acadêmico, etc. (Veja por exemplo Shenkin e Coulson 2007, como uma incursão tentativa nesse sentido.) O que parece notável (e talvez nos diga algo útil sobre a contabilidade e os contadores) é a força variada que a *contabilidade* social parece ter ganho (destacamos ‘parece’ pela falta de fundamentação empírica). Pode valer a pena explorar esta hipótese; explicações podem ser interessantes.

16 É claro que, a princípio, se a contabilidade social for o universo de todas as contabilidades possíveis, então provavelmente oferece todas as formas em que a contabilidade pode mudar.

17 Isso pode não ser confiável em termos causais. A sobrevivência da contabilidade social pode ser mais devida às condições prevalentes ou é possível que a contabilidade social ajudou a levar as questões sociais e ambientais para a linha de frente das atenções. A contabilidade social facilitou as condições que tornam a situação mais evidente? Caso sim, isso evidencia falta de fracasso. De outra maneira, pode ser que estejamos tentando equiparar

ser puxado pelos eventos – eventos contra os quais possivelmente tenhamos tentado nos opor - como evidência de fracasso.

18 O fato que ambas essas linhas ignoram os setores público e de serviços é uma questão importante à qual voltaremos depois. Veja também Maltby (2005) para uma abordagem mais sutil e de mais longo prazo dessa história.

19 Tal periodização geral encontra apoio nos levantamentos da KPMG – KPMG (1999, 2002, 2005) e veja também Matthew (1997).

20 Porém, o grau em que a responsabilidade e sustentabilidade podem apoiar-se mutuamente ainda não está bem claro.

21 Por exemplo, existe hoje um *corpus* razoavelmente substancial de pesquisas de campo na contabilidade social.

22 Para maiores informações, veja Gray (2005); Parker (2005); Deegan (2007).

23 Mesmo observando que a investigação e publicação em língua inglesa obviamente não são a mesma coisa, e (consequentemente) que o viés em nível da revista também pode contribuir à convergência, estamos preocupados com o pano de fundo que a obra visível (e portanto publicado) sugere e cria.

24 Há uma questão intrigante sobre se todas as teorias da contabilidade social sejam ou não teorias sobre a falta de prestação de contas (Owen 2008).

25 Veja, por exemplo, Thomson e Bebbington (2005) e a nova política editorial da *Social and Environmental Accountability Journal*.

26 Uma das manifestações recentes mais notáveis disso certamente deve ser a quase total ausência de qualquer ‘contabilidade do carbono’ na literatura contábil social. Com a adoção em grande medida sem precedentes do ‘carbono’ como foco dos negócios e da política, prevenimos um maior interesse na contabilidade do carbono e, um tanto atrasado, na literatura acadêmica a respeito.

27 A ironia aqui está no fato que grande parte das primeiras pesquisas contábeis sociais conseguiram ganhar alguma força empírica através da catalogação e análise da evidenciação nas demonstrações contábeis como forma de promover alguma reificação e validez para o tema. Continuamos assombrados por essa iniciativa?

28 Manteremos uma premissa heroica e potencialmente imprópria de que há *um* projeto contábil social e que tal projeto pode ser interligado com o CSEAR e sua rede de mais de 700 pessoas em mais de 40 países. Isso obviamente é fácil devido a pelo menos quatro motivos óbvios. Primeiro, grande parte do desenvolvimento da contabilidade social nos setores público e de serviços teve prominência apenas parcial na rede do CSEAR. Segundo,

apesar de tentativas contrárias (em 2006, o CSEAR empreendeu um exercício de auto-avaliação para garantir um ambiente inclusivo ao invés de uma atitude exclusiva), alguns atores principais (aparentemente) ativamente repudiaram envolvimento com a rede do CSEAR (por exemplo Everett, Neu, Friedman e Miles, Gallhofer e Haslam). Terceiro, outros trabalhos (de maneira mais óbvia aqueles publicados nas revistas positivistas norte-americana) provavelmente não fariam parte de forma alguma de qualquer projeto de contabilidade social – exceto como argumento distorcido para o objetivo de uma ilustração ocasional. Finalmente, as pessoas não são consistentes: por exemplo, pessoas-chave como Ralph Estes, Marc Epstein e Trevor Gambling contribuíram de forma substancial à área e depois se mudaram para a consultoria, o ativismo e a aposentadoria (apesar do retorno mais recente do Epstein, veja por exemplo Epstein e Freedman 1994; Epstein 2008).

29 O papel do Reg Mathews nesta construção de uma comunidade é comemorado em Gray e Guthrie (2007).

30 Análises semelhantes e histórias (orientadas principalmente para os setores público e de serviços) do *Social Accounting Network* (SAN) ofereceriam um contraste valioso.

31 Talvez, melhor, essas são características da comunidade em vez de características que fazem a comunidade. Proporcionam um contexto mas não o dogma. É um lugar para a emergência e o refinamento de ideias; para inserir e avaliar ideias tiradas da prática. A comunidade facilita um ampla gama de ‘projetos’ amarrados pela linha de uma busca de esclarecimento e compreensão, levando a um mundo ‘melhor’ através da melhoria da condição humana.

32 ‘Olá, meu nome é Contabilidade Social e sou um paradigma.’

33 Veja Bebbington e Dillard (2007) para um desenvolvimento sólido dessa sugestão.

34 Agradecemos por uma sugestão de Alan Lowe neste momento, em que observa que a abordagem pragmática à mudança que muitas vezes informou a comunidade contábil social apresenta uma semelhança mais que superficial com os argumentos de Bruno Latour e a Teoria Ator-Rede – uma questão que merece maior exploração (veja por exemplo Latour 2005).

35 Não queremos sugerir que o trabalho no setor de serviços não tenha suas próprias dificuldades e desafios, conforme foi amplamente ilustrado durante a Oficina em Praga no ano de 2008.

36 Há os talvez notáveis esforços de um colega na *St Andrews University*, Nick Barter, em cujo doutorado se articula exatamente essa ideia.

37 Essa é uma citação direta de um artigo sendo desenvolvido por Colin Dey e Ian Thomson sobre o papel da

contabilidade paralela – mesmo sem poder dar a referência, podemos incluir nossos agradecimentos!

*Artigo originalmente publicado por Gray R., J. Dillard and S. Spence (2009) “Social accounting research as if the world matters: Postalgia and a new absurdism” Public Management Review 11(5) September (pp545-573) DOI: 10.1080/14719030902798222 - Reproduzido em língua portuguesa com a autorização de © Taylor & Francis Online, 2013. www.tandfonline.com